



# 2023

**Relatório de Riscos e  
Oportunidades Sociais, Ambientais  
e Climáticas | Relatório GRSAC**

# Objetivo

Nos últimos anos, em diversas esferas da sociedade, evidencia-se o crescimento de pautas sobre os desafios sociais, ambientais e climáticos que estão postos a essa e às futuras gerações. Na esfera empresarial, essa onda ampliou o alerta sobre a relevância e a urgência da integração de aspectos ESG (Environmental, Social, Governance) ao planejamento e gestão de riscos, para a construção de negócios perenes, resilientes e sustentáveis.

No Itaú Unibanco, reconhecemos a influência do nosso negócio em praticamente todos os setores empresariais e na vida de milhões de clientes. A jornada por um negócio e cadeia mais sustentáveis começou há mais de 20 anos e continuará no futuro.

No presente documento são apresentadas as informações do Itaú Unibanco requeridas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) por meio da: (i) Resolução BCB nº 139, de 15 de setembro de 2021, que dispõe sobre a divulgação do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (Relatório GRSAC); e (ii) Instrução Normativa BCB nº 153, de 15 de setembro de 2021, que estabelece as tabelas padronizadas para fins da divulgação do Relatório GRSAC.



# Tabela GVR

Governança do gerenciamento do  
risco social, do risco ambiental  
e do risco climático



O Itaú incorpora o gerenciamento dos Riscos SAC em uma estrutura de governança integrada e transversal, sendo tratado em diferentes instâncias, em seus diversos aspectos (estratégico, tático, operacional, de controle e de conformidade).

No nível do Conselho de Administração (CA), o tema é tratado no Comitê de Gestão de Riscos e de Capital (CGRC), no Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática e no Comitê de Auditoria (CAud).

No nível executivo, são estabelecidos órgãos colegiados com a presença do Chief Executive Officer (CEO) e do Chief Risk Officer (CRO), que são representados pelo Comitê de Risco Social, Ambiental e Climático Superior (CRSAC Superior) e pela Comissão Superior ESG.

Completando nossa organização sobre o tema, temos outros comitês de nível diretoria como o Comitê de Risco Social, Ambiental e Climático (CRSAC), Comitê ESG Itaú BBA, este tendo também a presença do CEO do Itaú BBA, e o Comitê de Produtos Itaú BBA. O CA é responsável por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para a gestão de riscos e capital, aprovar limites e revisar as métricas de apetite de riscos, incluindo monitoramento das métricas de

concentração da carteira de crédito do banco aos setores de alto Risco SAC.

Por sua vez, o Comitê de Gestão de Riscos e de Capital (CGRC) é responsável por apoiar o CA no desempenho de suas responsabilidades relativas à gestão de riscos e de capital. Os assuntos discutidos em CGRC são reportados ao CA pelo seu presidente, que relata as métricas de apetite, os trabalhos, discussões, deliberações e recomendações do Comitê de Risco. Além disso, o CGRC também coordena suas atividades com o Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, que ocorre pelo menos três vezes ao ano, conta com a participação de membros do CA e tem o mandato de supervisionar as ações relativas à implementação da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC). As diretrizes da PRSAC são orientadas pela estratégia ESG, que é composta pelos compromissos de impacto positivo, sendo que cada um deles possui metas relacionadas aos aspectos sociais, ambientais e climáticos que são acompanhadas, periodicamente, pelo CA.

Encerrando os comitês nível CA, o Comitê de Auditoria (CAud) reporta diretamente ao CA, sendo responsável pela supervisão dos processos de controles internos e de gestão de riscos, das atividades da

auditoria interna e das atividades das empresas de auditoria independente do conglomerado. Ocorre pelo menos de forma trimestral e questões SAC são discutidas pelo menos duas vezes ao ano.

No nível Comitê Executivo, o Comitê de Risco Social, Ambiental e Climático Superior (CRSAC Superior) é responsável por avaliar e deliberar sobre assuntos que por entendimento do CRSAC (nível diretoria) devam ser submetidos a membros do CE pela complexidade e materialidade do tema, especialmente aqueles associados a risco reputacional, ocorrendo mediante convocação específica. O CRO é responsável pela estrutura de riscos, e atua na integração dos Riscos SAC e gestão global de riscos da instituição, respondendo pela Política de Riscos Social, Ambiental e Climático e por atuar na interação com reguladores.

No nível Comitê Executivo, na agenda de responsabilidade SAC, a Comissão Superior ESG, ocorre três vezes ao ano, é responsável por monitorar a atuação do banco frente às principais demandas ESG e climáticas provenientes de mercado, reguladores e sociedade civil. Além disso, possui a responsabilidade de aprovar projetos e recursos necessários para o endereçamento dos gaps prioritários para a efetividade da PRSAC podendo

submeter quando necessário os assuntos ao CA. Por sua vez, o Comitê ESG IBBA, com uma atuação mais tática, é responsável por (i) implementar as estratégias de descarbonização setoriais e planos de ação; (ii) garantir e monitorar o cumprimento da meta de concessão de R\$ 400 bi para setores de impacto positivo até 2025; e (iii) acompanhar e deliberar sobre as frentes de trabalho ESG e climática do Itaú BBA. Sua periodicidade é trimestral e pode submeter quando necessário os assuntos à Comissão Superior ESG.

Em nível diretoria, existem outros fóruns que compõem a governança de Riscos SAC do Itaú Unibanco. O CRSAC, constituído por áreas e especialistas no tema, tem como principais atribuições deliberar sobre assuntos institucionais e estratégicos, sobre posicionamentos públicos da instituição e compromissos/pactos assumidos, bem como sobre risco reputacional associado a eventos SAC envolvendo clientes, produtos, serviços e operações. Também é responsável por (i) recomendar papéis e responsabilidades com relação ao gerenciamento desses riscos; (ii) acompanhar a aderência às políticas e procedimentos relacionados à gestão dos Riscos SAC; (iii) direcionar, caso necessário, a deliberação para o nível executivo.

A governança de Produtos conta com fóruns específicos e é responsável por avaliar conceitualmente os produtos sob diversos aspectos, contando com critérios específicos que podem levar à avaliação de Riscos SAC, tal como aspectos que visam identificar o risco de greenwashing ou, ainda, que indiquem a necessidade de estabelecer diligências específicas.

Seguindo a governança apresentada, o CA recebe os reportes como decorrência das responsabilidades dos comitês. Como exemplo, podemos citar as métricas de apetite de Riscos SAC que são monitoradas periodicamente e o CA orienta a tomada de medidas preventivas de forma a garantir que as exposições estejam dentro dos limites estabelecidos e alinhados à nossa estratégia.

Ademais, o CA acompanha, por meio do CGRC, o processo de avaliação e adequação de capital (ICAAP) que contempla os Riscos SAC e, dentro de sua governança, avalia e reporta os critérios e riscos materiais para o Itaú Unibanco, bem como sua consideração no programa de teste de estresse, plano de capital, plano de contingência de capital e liquidez, Política Corporativa de Continuidade de Negócios.

Em relação à Política de Remuneração, é de responsabilidade do Comitê de

Remuneração, composto por membros do CA, a discussão, análise e supervisão da implementação e operacionalização dos modelos de remuneração existentes para o Conglomerado Itaú Unibanco.

De acordo com nossa Política de Remuneração dos Administradores, questões ambientais, sociais e de governança afetam a remuneração variável de Administradores e colaboradores envolvidos em atividades, negócios e compromissos relacionados à agenda ESG, por meio de indicadores de desempenho, projetos e iniciativas presentes no critério de desempenho individual. Os temas conectam-se à ossa estratégia ESG e climática.

Em 2023, o CEO foi avaliado por uma meta de peso 5% para questões ESG e climáticas, cujo resultado impactou sua remuneração variável. Essa meta estava vinculada à métrica de financiamento de R\$ 400 bilhões para o desenvolvimento sustentável, incluindo setores com impacto positivo no clima.

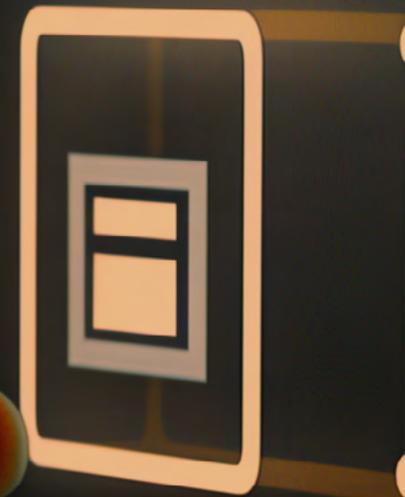
Para o ciclo de avaliação de 2024, não apenas o CEO, mas também os executivos que possuem maior responsabilidade na implementação da estratégia de sustentabilidade dedicaram um peso de 5% para metas vinculadas aos desafios sociais, ambientais e climáticos.

Tais metas foram definidas conforme accountability de cada executivo, ou seja, são desafios customizados de acordo com o papel de cada área, devidamente desdobrados do nível executivo para os níveis gerenciais e operacionais.



# Tabela EST

Estratégias utilizadas no  
tratamento do risco social,  
do risco ambiental e  
do risco climático



Entende-se os riscos sociais, ambientais e climáticos como a possibilidade de perdas decorrentes de eventos de origem social, ambiental e climática relacionados às atividades da instituição, sejam elas oriundas de negócios com contrapartes, de relacionamento com fornecedores, de eventos atrelados à transição para economia de baixo carbono ou a mudanças físicas nos padrões climáticos. Tais riscos têm potencial para se materializar através de modalidades tradicionais de risco, como risco crédito, de mercado, liquidez e operacional, podendo acarretar eventuais perdas financeiras, assim como danos à nossa reputação.

A estratégia de gestão dos Riscos SAC no Itaú Unibanco teve início no gerenciamento de Risco de Crédito, considerando o seu potencial de materialização, e tem se expandido passando a ser tratada também nas demais dimensões de riscos tradicionais e na gestão de capital, seja com exercícios integrados com outra dimensão de risco tradicional ou por meio do exercício de teste de estresse. Além da possível materialização nos riscos tradicionais, a metodologia interna de avaliação no risco de crédito leva em consideração o potencial impacto dos Riscos SAC no risco reputacional. Nesse sentido,

em 2023, como parte do processo de melhoria contínua das metodologias e buscando dar mais clareza no processo de qualificação e classificação do Risco SAC Reputacional, foram definidos e incorporados em nossos procedimentos, segundo princípios de relevância e proporcionalidade, critérios objetivos para a identificação e mensuração deste risco.

Diferentes metodologias e ferramentas, pautadas nas melhores práticas internacionais e nacionais, são aplicadas na identificação, mensuração, avaliação, monitoramento e divulgação dos riscos sociais, ambientais e climáticos na gestão de crédito, incorporando também aspectos de governança, como a existência de Conselho de Administração, auditoria independente entre outros, na condução dos negócios de nossos clientes.

Tais metodologias atendem às principais normas vigentes relativas à governança corporativa e gerenciamento de riscos sociais, ambientais e climáticos, pautados nos princípios da relevância e proporcionalidade, assim como a boas práticas de mercado, como:

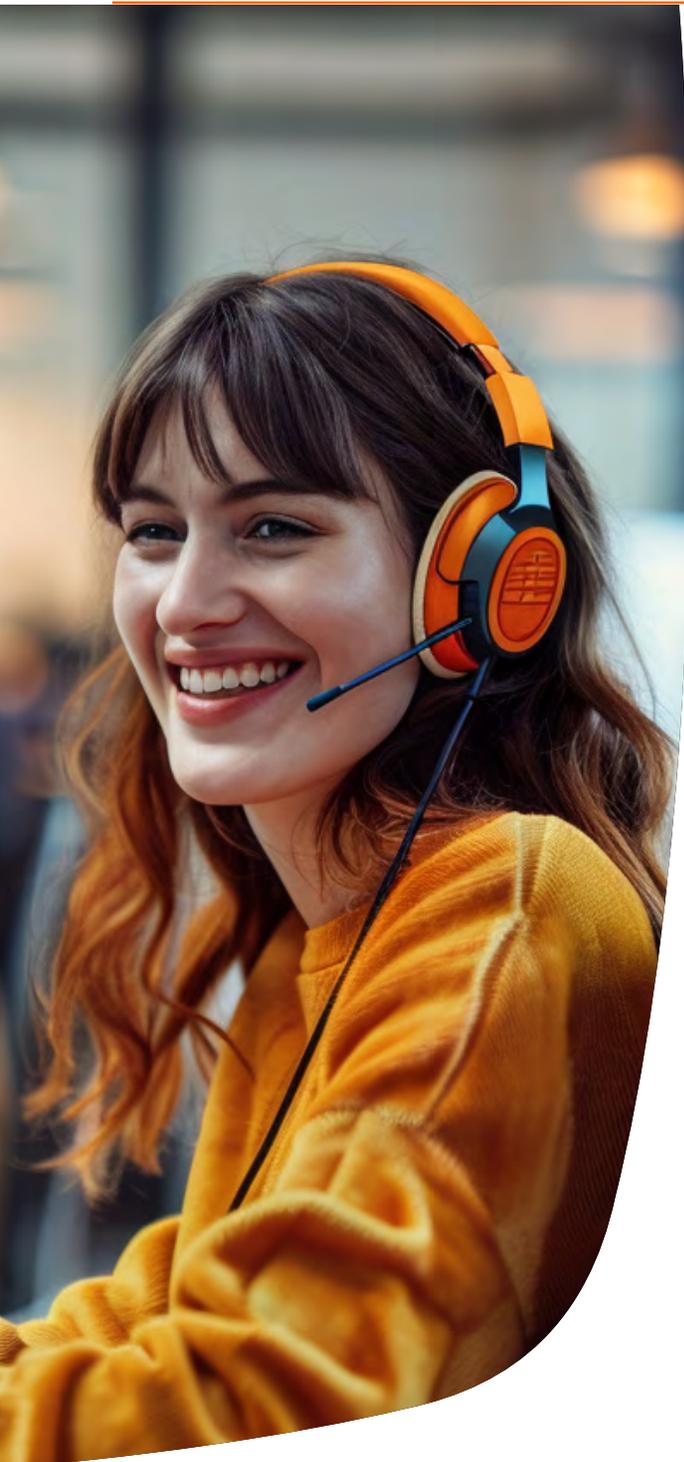
- Sistema de Autorregulação Bancária (SARB) nº 14/2014 e nº 26/2023, da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN);

- Princípios do Equador para apoio financeiro a projetos;
- Padrões de Desempenho da Corporação Financeira Internacional (sigla em inglês, IFC), que é o braço privado do Banco Mundial;
- Guia Prático da IFC sobre Governança Corporativa;
- Diretrizes de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Grupo Banco Mundial.

A gestão dos riscos climáticos se pauta em metodologia fundamentada em relatórios e documentos de organizações internacionais de referência, como o Financial Stability Board (FSB), o Fórum Econômico Mundial, o Fundo Monetário Internacional, o Bank for International Settlements (BIS), assim como a Network for Greening the Financial System (NGFS), entre outros.

Além disso, a aplicabilidade da análise dos eventos de riscos sociais, ambientais e climáticos varia de acordo com sua relevância para o setor, porte e região do cliente analisado. Na visão produto, essa aplicabilidade varia também de acordo com outras características, como o prazo da operação. As diferentes formas de aplicabilidade serão vistas nos tópicos a seguir.





## Análise SAC de clientes

Parte importante da estratégia de Gestão dos Riscos SAC passa pela avaliação dos clientes e pelo uso das informações sociais, ambientais, climáticas e de governança na aprovação, renovação de limites e manutenção de relacionamento de crédito.

Na avaliação de clientes, eventos vinculados à dimensão do Risco Social, como os temas prioritários de proteção aos direitos humanos, incluindo direito dos povos originários, possuem grande relevância. Por exemplo, o Itaú Unibanco adota uma Lista de Atividades Excluídas composta por atividades que contrariam princípios e valores do banco, sendo elas: utilização de mão de obra análoga à escrava, utilização de mão de obra infantil em desacordo com a legislação e exploração da prostituição.

Neste sentido, é realizada a verificação do Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo (instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11/05/2016) e/ou menção negativa da contraparte em mídia capturada por monitoramento e consequente

avaliação dos times especializados, podendo resultar no bloqueio sistêmico de CNPJs e CPFs em quaisquer dos segmentos atendidos pelo Itaú Unibanco e consequente impedimento de acesso a novo crédito, contratação e/ou renovação de fornecedores, contratação de seguros.

## Categorização Setorial

Adicionam-se à dimensão Social, as dimensões Ambiental e Climática, no processo de categorização setorial, no qual, são considerados os riscos inerentes aos setores econômicos que os clientes operam e que podem gerar impactos negativos na sociedade, meio ambiente e no clima. Para tanto, são levados em consideração parâmetros de sustentabilidade como consumo de energia e de água, além do risco de desmatamento, nível de emissões atmosféricas, riscos para a saúde e segurança do trabalhador, riscos de desastres entre outros.

## Categorização Individualizada

No processo de categorização dos Riscos SAC de clientes de grande porte, adicionalmente aos riscos setoriais, são considerados aspectos individuais como a participação em índices de sustentabilidade, que sinalizam a adoção de práticas de gestão para mitigação desses riscos; e a sensibilidade climática do cliente, que mensura quão sensível ele é aos efeitos físicos e de transição das mudanças climáticas, podendo impactar positivamente ou negativamente a categorização de riscos setorial inicialmente proposta.

A categorização de risco resultante dessa análise é considerada nos modelos de cálculo do risk rating de crédito dos clientes avaliados, servindo de base para o apreçamento e alocação de capital.

## Setores sensíveis

Como mencionado acima, para Grandes Empresas, o setor de atividade dos clientes é um critério importante para a definição do escopo e abrangência da análise de Riscos SAC. Neste sentido, são classificados como setores sensíveis aqueles que representam maior propensão a causar Riscos SAC relevantes e, portanto, os clientes desses setores aplicados critérios de relevância e proporcionalidade, são submetidos a uma análise individualizada, cujo resultado, assim como na Análise Individualizada, item 1.1.2, resultado compõe a variável SAC no cálculo do risk rating de crédito, permitindo apreçamento e alocação de capital mais acurados.

Para estes casos, são contemplados na avaliação eventos sociais, como impacto a comunidades tradicionais, saúde e segurança no trabalho e gestão da cadeia de fornecedores; eventos ambientais, como a existência de desmatamento, embargos e autuações ambientais, práticas de consumo e gestão de recursos hídricos, uso de materiais perigosos, risco de estruturas (barragens), sobreposição e/ou proximidade com unidades de conservação, gestão de resíduos; e, também, eventos climáticos físicos e de

transição, como a sensibilidade climática, suscetibilidade à escassez de água em cenário de futuro climático com altas emissões, a avaliação do volume de emissões de gases de efeito estufa e a capacidade financeira para compensá-las por meio de crédito de carbono, políticas e práticas de redução de emissões e/ou NetZero. Ainda, a metodologia utilizada aborda aspectos de governança, como a independência e diversidade no conselho.





## Análise SAC de produtos

A estratégia da Instituição prevê também a gestão de Riscos SAC na visão produtos em todas as etapas da governança, desde à concepção de novos produtos, sua renovação e a sua operacionalização. Nesses casos, a diligência e eventos de Riscos SAC abordados são definidos de acordo com as características e estrutura do produto/operação, como por exemplo, sua região geográfica.

Os eventos de riscos social, ambiental e climático abordados a seção análise SAC de clientes também são considerados na análise SAC de produtos, tais como alista de atividades excluídas e impacto em populações tradicionais, do ponto de vista social; desmatamento e poluição, do ponto de vista ambiental; e volume de emissões atmosféricas, do ponto de vista climático.

Adicionalmente aos referidos eventos, a análise SAC de produtos, baseada nos critérios de relevância e materialidade, pode contemplar outros aspectos como: a maturidade do processo de licenciamento do projeto, a existência de Certificado de Qualidade de Biossegurança, indícios de contaminação de solo e, em operações mais complexas, os critérios

de Princípios do Equador, tal como ocorre tradicionalmente com as operações de financiamento de longo prazo a projetos (“Project Finance”).

Em ambas as visões, clientes e produtos, a identificação dos eventos de risco tem como base informações públicas divulgadas pelos clientes, por veículos de mídia ou dispostas em bases de dados disponibilizadas por órgãos públicos e/ou instituições relevantes, como IBAMA, Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo, Adapta Brasil MCTI, ICMBIO, Agência Nacional de Mineração dentre outros, além de dados fornecidos diretamente pelos próprios clientes ou por terceiros contratados.

Em função do risco de perdas de crédito decorrentes de eventos natureza social, ambiental e climático, conforme descritos nas visões clientes e produtos, o Itaú Unibanco desenvolveu processo interno para a identificação das perdas tendo como base aspectos como: embargos do IBAMA; ocorrências de trabalho escravo, trabalho infantil e prostituição; eventos/desastres ambientais extremos; descumprimento de obrigações socioambientais contratuais; bem como a avaliação individualizada de Risco SAC. Em 2023, não foram identificadas perdas de crédito relacionadas a eventos SAC.



## Análise de cenários

Como forma de avaliação da resiliência dos negócios e o impacto dos possíveis danos associados aos riscos climáticos e seguindo os diversos frameworks internacionais que incentivam a realização de análise de cenários como é o caso do TCFD e, mais recente, o IFRS, o Itaú realiza análises de cenários, tanto de risco físico, quanto de risco de transição.

Para os exercícios de cenários físicos, foram analisados os cenários RCP (Representative concentration pathways) desenvolvidos pelo IPCC (painel intergovernamental de mudanças climáticas) para mapear os impactos potenciais dos eventos na carteira do banco e servir como base para construção de cenários macroeconômico utilizado no teste de estresse.

Já para os exercícios de cenário de transição, foram analisados e avaliados os diversos cenários do NGFS (Network for Greening the Financial System) a fim de entender a particularidade de cada um, as variáveis disponíveis, aqueles

cuja narrativa melhor se enquadra ao momento atual e futuro do Brasil e que também serviram como base para construção de cenários internos que foram incorporados em nos exercícios de teste de estresse do banco.

## Avaliação de resiliência ao risco físico

Nos estudos de análise dos cenários de risco físico, foram realizados três diferentes exercícios para mapear os impactos dos riscos físicos na carteira de crédito e projeções de teste de estresse.

No primeiro exercício, foi realizado o mapeamento dos riscos físicos diante de cenários adaptados a características da região na qual há operações do banco. Esses estudos consideraram as conclusões do IPCC divulgadas através do cenário RCP 8,5 em que foi tratado como cenários pessimistas e RCP 4,5 um cenário otimista, com base nas projeções apresentadas por ferramentas amplamente utilizadas e reconhecidas como Adapta Brasil, desenvolvida pelo Ministério de ciência, tecnologia e inovação (MCTI) e o Climate Change Knowledge Portal, apresentada pela UNEP-FI do Grupo de Trabalho sobre o TCFD, do qual o Itaú faz parte desde 2018.

A partir da classificação de risco físico indicada pela metodologia do Adapta Brasil, é possível classificar os municípios do Brasil numa escala de risco muito

baixo a muito alto para diferentes eventos climáticos. De posse desta classificação, é possível avaliar qual a distribuição da carteira de crédito nas localizações indicadas pelo respectivo nível de risco, para os diferentes eventos climáticos. Comparando as imagens apresentadas a seguir, é possível ver a evolução do nível de risco entre o cenário atual e cenários pessimista e otimista para 2030, indicando mudança de comportamento concentrada nas regiões Sudeste e Nordeste, e trazendo insights para a gestão do risco climático.

### Cenários do IPCC avaliados



RCP 8,5

Aquecimento de até 5°C

Altas Emissões de CO<sub>2</sub>e

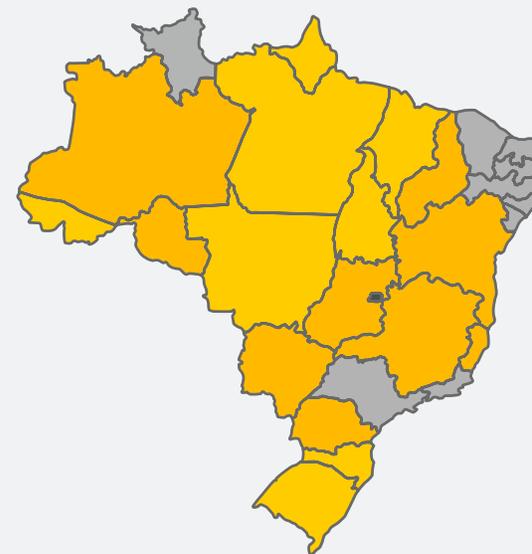


RCP 4,5

Aquecimento de até 3°C

Médias Emissões de CO<sub>2</sub>e

Presente

RCP 8,5  
2030 (pessimista)RCP 4,5  
2030 (Otimista)**Premissas:****- Riscos físicos considerados:**

- Risco de seca
- Risco de inundação
- Risco de deslizamento
- Risco de chuvas intensas

**- Abrangência:** Todas as operações de crédito do banco na visão Brasil.



Adicionalmente, desenvolvemos dois exercícios para avaliar impactos de eventos extremos de risco físico sobre duas óticas complementares. No primeiro deles, com base em estudos acadêmicos e avaliando alguns eventos recentes,

estudamos o impacto de cenários de chuvas intensas em nossos portfólios de crédito, com olhar específico nas regiões administrativas de São Paulo.

Na outra abordagem, nos baseamos nos cenários RCP para o risco de seca,

replicando o impacto de um cenário de restrição hídrica, inspirado no evento que ocorreu em 2000, e simulamos o impacto em toda na economia.

Através de projeções macroeconômicas, estudamos os potenciais impactos que se

propagariam no balanço do banco. Ambos os estudos foram desenvolvidos dentro do programa de Teste de Estresse do Itaú Unibanco que estamos aprimorando para incorporar aspectos climáticos.

\*Mapa de riscos para seca para 2030.

Teste de Estresse de balanço são ferramentas amplamente reconhecidas na avaliação e mensuração de potenciais riscos para o sistema financeiro e suas instituições, com grande uso por parte da indústria, do mercado e dos reguladores.

## Avaliação de resiliência ao risco de transição

Para os exercícios de cenários de transição, foram avaliados os 4 cenários do NGFS, com base no último relatório divulgado da fase 4 do órgão. Esses cenários percorrem por estimativas baseadas em como será a transição para uma economia de baixo carbono, como isso afeta as concentrações de gases do efeito estufa na atmosfera e quais os impactos em diversas variáveis como PIB e preço do carbono.

De forma geral, alinhado com benchmarks realizados e principais práticas reportadas por diferentes órgãos supervisores, foram realizadas análises de cenários de transição, para uso no teste de estresse, com dois tipos de abordagens.

Na primeira visão, nomeada de bottom-up, foi estudado o potencial impacto na avaliação de crédito de clientes de setor carbono intensivo relevante da carteira de crédito do banco, em cenários de implementação de taxa de carbono. Foram avaliados alguns cenários de taxa, preço e compensação e um intervalo de impacto potencial.

Já na visão top-down, foram incorporados no cenário climático de risco físico previamente citado choques adicionais esperados nos indicadores econômicos de um cenário de transição para uma economia de baixo carbono. Uma vez incorporado esse efeito, foram estudados os potenciais impactos dentro do programa de Teste de Estresse vigente no Itaú Unibanco.

Os resultados do teste de estresse climático fazem parte do exercício de adequação e suficiência de capital (ICAAP) e não apresentaram impactos relevantes no planejamento de capital e na capacidade de adaptação do Itaú Unibanco para além do que já está sendo feito na adequada gestão dos Riscos SAC.



A woman with glasses is looking at a large digital display in a dark room. The display shows various data visualizations, including a bar chart and a line graph. The background is filled with bokeh lights in shades of orange and blue. The overall atmosphere is futuristic and data-driven.

# Tabela GER

Processos de gerenciamento do  
risco social, do risco ambiental  
e do risco climático



Assumir e gerenciar riscos é a essência da atividade do Itaú Unibanco e uma responsabilidade de todos os colaboradores. O apetite de risco define a natureza e o nível dos riscos aceitáveis e a cultura de risco orienta as iniciativas e ferramentas de gestão estratégica para mitigação de risco e geração de oportunidades. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está em conformidade com as regulamentações brasileiras e internacionais e está alinhada com as melhores práticas de mercado. O modelo de gestão de riscos é composto por três linhas de governança: as áreas de negócios carregam a responsabilidade primária pela gestão do risco (identificação, avaliação, controle e reporte), seguidas pela área de riscos, que avalia os riscos de acordo com políticas, procedimentos e com o apetite de risco estabelecidos. E, por fim, a terceira linha de governança, a auditoria interna, que promove uma avaliação independente e reporta ao Conselho de Administração.

A gestão dos Riscos SAC faz parte desse arcabouço de gerenciamento de riscos do banco, e é realizada de forma equivalente ao modelo aplicado para os riscos do negócio, de maneira integrada e transversal, pautada na estratégia das três linhas de defesa, na

responsabilidade executiva e no processo completo de gestão.

As unidades de negócio realizam a gestão do Risco SAC, seguindo diretrizes da política interna, e contam com o suporte especializado das diretorias de riscos e jurídica, oferecendo as melhores práticas de gestão em diferentes dimensões às quais os Riscos SAC podem se materializar como consequência das atividades e negócios do conglomerado.

Além disso, os Riscos SAC passam por ações de avaliação e monitoramento no contexto do mapeamento interno de processos, riscos, controles, acompanhamento de novas normas, bem como registro das ocorrências em sistemas internos. Como consequência do processo de identificação de riscos, seguem-se as etapas de priorização, resposta ao risco, monitoramento e reportes que complementam o gerenciamento de riscos no Itaú Unibanco. O Painel de Visão integrada de Riscos SAC foi criado em 2023 e é uma ferramenta que, por meio dos registros de dados, auxilia na gestão de Riscos SAC, sendo reportado periodicamente ao Comitê de Riscos Social, Ambiental e Climático (CRSAC).

Por último, e atuando de forma independente, a equipe de auditoria interna realiza a avaliação do ambiente de gestão dos riscos, controles e governança.

No que concerne à identificação tempestiva de mudanças políticas, legais ou regulamentares que possam impactar o risco climático de transição, possuímos processo, considerando o princípio da relevância, estruturado para identificar tempestivamente as modificações que impactam o Sistema Financeiro. Não obstante, buscamos contribuir com as discussões envolvendo projetos de lei nas esferas federal, estadual e municipal e editais de consultas públicas da agenda climática. De forma mais específica, as proposições legislativas são monitoradas, analisadas e, com base na probabilidade de aprovação e na análise de riscos financeiros e de imagem, são elaboradas estratégias de atuação no âmbito do processo legislativo. No que tange a alterações de normativos, realizamos identificação, captura, análise, marcação do assunto (por exemplo os Riscos SAC) e direcionamento às áreas para atuação na aderência regulatória, bem como acompanhamento dos planos de ação até a implementação.

## Risco de Crédito

Dentro da dimensão de Risco de Crédito, a identificação, mensuração e avaliação dos riscos social, ambiental e climático seguem diretrizes definidas nos procedimentos internos da área de riscos que são verificados pelas áreas de negócio/crédito nas etapas de avaliação do cliente nas concessões e renovações de crédito, na constituição e monitoramento de garantias, assim como na avaliação e monitoramento do financiamento de projetos e operações estruturadas.

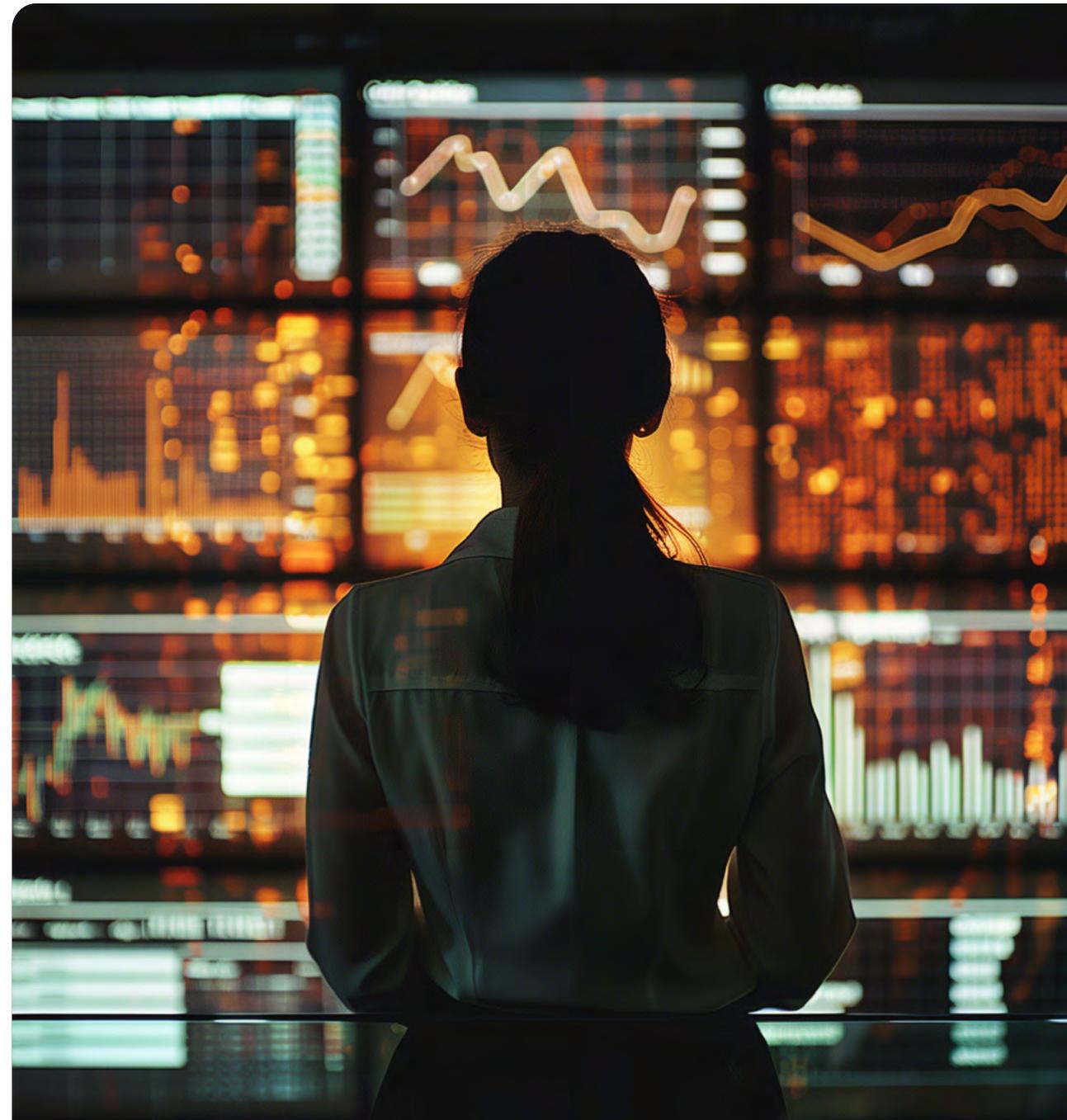
Na visão cliente, este processo contempla a verificação do envolvimento de todos os clientes com práticas da Lista de Atividades Excluídas, através, por exemplo, da presença da contraparte na lista de Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão ou de mídias desabonadoras, e tem como consequência o impedimento de acesso a novo crédito, caso quaisquer das hipóteses sejam constatadas. Essa verificação se estende também a empresas e pessoas físicas, independentemente de seu relacionamento com o banco, e pode restringir o ingresso de potenciais novos

clientes que incorram nas situações descritas na Lista.

Ainda nesta visão, são aplicadas diferentes metodologias e ferramentas que classificam em alto, médio e baixo os Riscos SAC de clientes a partir de riscos setoriais associados a critérios individualizados, resultando em diferentes consequências, como impacto na classificação de risco de crédito ou o impedimento da contratação de operações.

Neste sentido, considerando que empresas de maior porte possuem potencial de causar maiores impactos à sociedade, ao meio ambiente e ao clima, todos os clientes segmentados como Grandes Empresas (faturamento superior a R\$ 500MM) passam pela categorização individualizada e, referida categorização é considerada nos modelos de cálculo do risk rating de crédito desses clientes, servindo de base para o apreçamento e alocação de capital.

Ainda, considerando que o setor de atividade dos clientes também é um critério importante na definição do escopo e abrangência da análise de Riscos SAC, para clientes do segmento grandes empresas que atuam nos setores sensíveis, tais sejam: Agro – defensivos e Fertilizantes, Agro – Frigoríficos,



Energia, Imobiliário, Madeira, Metalurgia e Siderurgia, Mineração, Óleo e Gás, Papel e Celulose, Produtores Rurais, Química e Petroquímica, Indústria Têxtil e Varejo Vestuário, são aplicadas, no momento da aprovação e renovação de crédito, metodologias e ferramentas adicionais de avaliação ESG, fortalecendo a tomada de decisões integradas na concessão e apreçamento de crédito. Essa avaliação abrange aspectos qualitativos e quantitativos, e leva em consideração a possibilidade de questões sociais, ambientais e climáticas impactarem tanto a reputação quanto a performance financeira e sustentabilidade dos negócios dos clientes – como litígios por acidentes ambientais, ou custos associados a mudanças regulatórias e tecnológicas de transição para uma economia mais sustentável.

Por oportuno, vale mencionar que todas as análises descritas nesta seção são renovadas periodicamente, possibilitando o acompanhamento de práticas e monitoramento de Riscos SAC de clientes.

Adicionalmente aos Riscos SAC associados ao setor econômico, é aplicada tratativa mais rigorosa tanto na avaliação de clientes, que atuam em regiões geográficas mais sensíveis, quanto na avaliação de produtos com destinação

específica para tais regiões, como a compreendida pelo bioma Amazônia. Na visão cliente, por exemplo, em linha com o protocolo da instituição para atendimento aos requisitos da SARB 26, foi desenvolvida metodologia com o objetivo de coibir o financiamento para frigoríficos com atuação nas regiões da Amazônia Legal e Maranhão que adquiram gado oriundo de áreas de desmatamento ilegal (fornecedores diretos e indiretos até o primeiro nível, com exigências crescentes de rastreabilidade para este segundo grupo).

Para operações destinadas a projetos, seja via mercado de crédito ou mercado de capitais, o processo de identificação, mensuração e avaliação de Riscos SAC é iniciado com a coleta de informações, englobando aspectos técnicos e legais relevantes, como a análise de sensibilidades regionais, o nível de gestão socioambiental e governança do sponsor, e resulta na categorização de riscos do projeto em alto, médio ou baixo. Após a fase inicial, é elaborada uma pauta mais detalhada, que pode contemplar diversos aspectos sociais, ambientais e climáticos baseados em disposições da legislação e de boas práticas de mercado, de acordo com o setor e a região em que o projeto está inserido.

### SAIBA MAIS

- › Exemplos da diligência socioambiental para projetos do Itaú Unibanco podem ser vistos no relatório **“Experiência na Mitigação dos Riscos Socioambientais no Financiamento de Projetos”**.



A mitigação de riscos é parte do processo de gerenciamento e ela pode se dar de formas distintas, conforme o tipo de análise conduzida, orientadas pelos princípios de relevância e proporcionalidade. Em operações de financiamento de projetos, caso seja verificada não conformidade ou não aderência a boas práticas, podem-se estabelecer condicionantes contratuais para acompanhamento e liberação dos recursos financeiros visando impulsionar a adoção de melhores práticas pelo cliente e o atendimento aos requisitos estabelecidos pelo Itaú.

Ainda, no caso de financiamento de longo prazo, a depender da classificação de Riscos SAC, pode-se acordar um plano de ação com o cliente, monitorado semestral ou anualmente, durante toda a vigência do contrato, pela área especialista ou por consultor independente especializado. Cada ciclo de monitoramento pode incluir visitas ao projeto, revisões documentais

e conversas com o cliente e agentes financiadores.

Adicionalmente, em relação a operações nas quais o banco está correndo primariamente o risco associado aos fluxos de caixa do projeto, utiliza-se um modelo de crédito específico em que a categorização de riscos social, ambiental e climático impacta diretamente a classificação de risco de crédito do projeto, permitindo apreçamento mais acurado, assim como melhor alocação de capital.

Para financiamentos destinados a uma propriedade agrícola específica é realizado acompanhamento diário de eventuais focos de desmatamento ilegal identificados e outras situações de risco nas propriedades financiadas através de uma ferramenta de georreferenciamento.

No âmbito do gerenciamento de Riscos SAC, para as concessões de crédito em que há a constituição de garantias imobiliárias, o Itaú Unibanco possui processos para a avaliação de imóveis, os quais contemplam, entre outros, os aspectos sociais, ambientais e climáticos, tanto no momento da constituição, quanto ao longo da vigência da garantia. Em relação aos aspectos climáticos, no levantamento de dados topográficos do imóvel, são considerados, por exemplo, a avaliação

de pontos de alagamentos, inundações, risco de desabamento da edificação ou de escorregamento de taludes

Para garantias imobiliárias urbanas, é realizada uma análise socioambiental do imóvel oferecido em garantia a partir do recebimento do Levantamento de Índícios de Contaminação (LIC), documento padrão adotado pelas instituições financeiras signatárias da Autorregulação da Febraban, nos moldes do Normativo SARB nº 14/2014, que contém informações sobre o histórico de ocupação do imóvel, utilização atual, dados sobre ocupação do entorno e aponta, nos casos aplicáveis, indícios de contaminação. Quando são constatados indícios de contaminação ou outra restrição de uso, a análise é aprofundada por equipe técnica da instituição, sendo passível a solicitação de uma Avaliação Ambiental Preliminar, Investigação Confirmatória, ou outro estudo relacionado, conforme a necessidade identificada. Adicionalmente, além da avaliação socioambiental no momento da constituição da garantia imobiliária, o Itaú Unibanco também realiza a reavaliação de imóveis de acordo com as regras dispostas no procedimento interno.

Para constituição de garantias de imóveis rurais, são utilizados laudos presenciais e/

ou remotos para verificação de eventuais passivos florestais e/ou sobreposições com áreas sensíveis, como unidades de conservação, terras indígenas ou quilombolas. Para as sobreposições com áreas de risco encontradas, a análise é aprofundada por equipe técnica do Itaú Unibanco.

O Itaú Unibanco possui sólido arcabouço de Appetite de Riscos que avalia por exemplo concentrações setoriais e de segmento, dentre outras métricas. Em particular, para mensuração, monitoramento e controle da saúde da carteira de crédito em relação à sua exposição a Riscos SAC, o arcabouço de apetite de riscos possui duas métricas específicas para monitoramento da concentração do nosso portfólio em setores risco socioambiental alto e concentração em setores de alta exposição aos riscos climáticos, sejam eles físicos ou de transição.





## Risco Operacional

A partir das melhores práticas de mercado e daquelas previstas na SARB 14, garantindo sobretudo os requisitos previstos da Resolução Bacen 4.943, foram definidos critérios para identificação de perdas operacionais relacionadas a eventos social, ambiental e climático numa visão ampla em que contribuíram as áreas de Riscos, Jurídico e Patrimônio. Tais eventos estão, por exemplo, relacionadas a processos administrativos e judiciais em que a instituição seja ré e danos a ativos físicos, todos relacionais a eventos SAC.

Uma vez construída tal identificação, ela foi incorporada no processo existente de geração da base de perdas operacionais e passa a integrar o arcabouço de monitoramento e gestão do risco operacional que é realizado mensalmente. Neste processo de construção, não foram observadas no histórico perdas efetivas e provisões num período de 12 meses, tendo elas sempre ficado abaixo de 5% do total de perdas operacionais do respectivo período.

## Risco de Mercado e Liquidez

Assim como no Risco Operacional, a incorporação do RSAC na gestão dos Riscos de Mercado e Liquidez seguiu as etapas de identificação e mensuração de potenciais impactos e sensibilidades para então ser incorporado dentro do arcabouço vigente de limites, controles e apetite.

Uma vez identificados quais ativos, passivos ou posições possuem maior sensibilidade a eventos SAC, avaliamos o potencial impacto em sua precificação e nos indicadores de gestão de cada disciplina (p.e. VaR, LCR, NSFR).

Semelhante ao observado com Risco operacional, neste processo de construção, não foram observados impactos significativos de eventos de RSAC na gestão de Risco de mercado e liquidez.

